



As cotadas nacionais estão a aumentar o número de normas de governo societários cumpridas.

# Cotadas melhoram no acolhimento das normas de 'governance'

**Governo das sociedades** Quase 40% das empresas analisadas tiveram nota máxima na avaliação sobre o acolhimento das normas.

**Rui Barroso**  
rui.barroso@economico.pt

As cotadas nacionais estão a cumprir com um maior número de normas do governo das sociedades. A conclusão é de um estudo feito pela Católica e pela Associação de Empresas Emittentes de Valores Cotados em Mercado (AEM), apresentado ontem. No terceiro ano em que este estudo é realizado, tem-se notado uma evolução positiva do acolhimento das normas de governo societário por parte das empresas.

De acordo com o relatório, 39,5% das cotadas analisadas conseguiu atingir um 'rating' máximo, segundo o relatório que teve como base os relatórios de governo das sociedades de 2012 divulgados pelas empresas em Maio. Em 2011, a percentagem de cotadas a atingir nota máxima foi de 36,4% e de 18,2% em 2010, segundo dados dos relatórios anteriores. Para Miguel Athayde Marques, um dos responsáveis por este estudo e antigo presidente da NYSE Euronext Lisbon, "houve uma melhoria em 2012 e 2011. A tendência crescente de acolhimento credibiliza as empresas portuguesas".

A equipa responsável pelo estudo elabora um índice de 'rating' sobre o cumprimento das empresas das recomendações de governo societário, onde sobreponderam as normas

que além de serem recomendadas pelo regulador português são também seguidas por outros códigos internacionais (da OCDE, da União Europeia e do Reino Unido).

Na elaboração destes estudos, a Católica e a AEM referem ter detectado muitas normas defendidas pela CMVM que não são exigidas por aqueles modelos internacionais. No entanto, o número de normas consideradas como tendo relevo nulo baixou de 19 para sete após o regulador do mercado de capitais português ter aprovado, no final da semana passada, o novo regulamento sobre o governo das sociedades.

Além do relatório geral, cada

cotada irá receber um estudo individualizado sobre o seu nível de acolhimento, para poder no futuro melhorar o desempenho neste aspecto. Isto porque, segundo um dos outros autores do relatório, Paulo Câmara, as empresas têm de fazer "uso desta informação, já que há estudos que demonstram que há investidores dispostos a pagar um prémio por cotadas que têm boa 'governance'". Acrescenta ainda que numa altura em que as cotadas poderão optar pelo código que irão seguir, o da CMVM ou um outro produzido pelo Instituto Português de Corporate Governance, o relatório "é um instrumento de apoio nos processos de decisão" das empresas.

Apesar de, no geral, a nota ser positiva, existem alguns factores de distinção. Regra geral, as cotadas do PSI 20 têm uma maior percentagem de recomendações acolhidas que as empresas que não integram o índice de referência da bolsa nacional. Esta diferença é maior no que diz respeito à recomendação relativa à proporção de administradores independentes.

Além disso, notou-se ainda que o sector da construção tende a ter um menor grau de acolhimento das recomendações que as outras cotadas. "Este resultado pode dever-se à maior exposição à crise económica sofrida por este sector", refere o relatório. ■

## CONCLUSÕES

- Houve um aumento da percentagem de empresas a conseguir atingir o 'rating' máximo.
- As cotadas do PSI 20 continuam a ter um maior grau de acolhimento das normas que as que não estão no índice. No entanto, em 2012 assistiu-se a uma melhoria das cotadas fora do índice, enquanto as empresas do PSI 20 registaram um pior desempenho.
- O sector da construção teve um menor grau de acolhimento das normas que outros sectores de actividades.